

Congressistas tentam votar LDO

por Marta Salomon
de Brasília

Deputados e senadores aliados do governo vão tentar votar hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para dar início ao recesso parlamentar, com uma semana e meia de atraso. A dificuldade de interromper a campanha eleitoral nos estados e a determinação dos partidos de oposição de manter o Congresso em funcionamento até a votação da lei salarial ameaçam, porém, uma decisão final do plenário à tarde.

"Ficarei aqui até votar.

mos a LDO", conformou-se o presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro. "A minha campanha, os meus adversários estão fazendo", disse. Já os líderes do governo, deputado Renan Calheiros (PRN-AL) e senador José Ignácio Ferreira (PST-ES) — também candidatos a governador — não vieram a Brasília ontem e deixaram para os partidos que apóiam o governo a tarefa de convocar os aliados para a votação.

O maior partido de sustentação do governo, o PFL, conseguiu confirmar até o início da noite a pre-

sença de 53 dos 92 deputados da bancada. A maioria dos deputados só concordou em vir depois que a liderança do partido garantiu lugar em vôos para o retorno aos estados na quinta-feira.

"Ninguém quer deixar sua base", disse o vice-líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG). O deputado disse que usou dois argumentos para tentar mobilizar os aliados: o desgaste político do eventual adiamento da votação da LDO e o desconto nos salários de Cr\$ 20 mil por falta, determinado por resolução da Câmara. "Nem com fuzil nas costas se interrompe a campanha", avaliou o deputado Expedito Machado (PST-CE).

As dificuldades de mobilização já se manifestaram sexta-feira passada. Apesar de 128 dos 495 deputados registraram suas presenças; deles, 48 eram aliados do governo. Entre os partidos de oposição, o PDT, PT, PSB, PC do B e PCB ameaçam obstruir a votação da LDO até que seja votado o projeto de lei de política salarial. "Vamos resistir até o último soldado", disse o deputado Paim (PT-RS).

O único que apostava no fim do impasse hoje é o vice-líder do governo no senado, Ney Maranhão (PRN-PE). "A convocação é um segredo de estado mas vamos ter número", garantiu. "Na quarta-feira, esse povo vai estar todo cuidando da sua vida", disse, referindo-se aos parlamentares. Quando não há acordo entre os partidos, a votação de um projeto de lei exige a presença em plenário de 248 deputados e 38 senadores — que equivalem à maioria absoluta da Câmara e do Senado.